

1

Introdução

Pode-se dizer que a obra de Hannah Arendt já compartilha hoje do devido reconhecimento. Seus livros têm alcance mundial e suas idéias são discutidas em diversas línguas e países. No Brasil, a maior parte de seus textos está traduzida e publicada. O interesse crescente por seu trabalho parece dever-se à atualidade e ao vigor de suas proposições. Conhecida por muitos como aluna de Martin Heidegger, Arendt transforma-se num clássico contemporâneo por mérito próprio.

Nascida judia na Alemanha de 1906, Arendt acompanhou ao longo de sua juventude a escalada progressiva de anti-semitismo, sendo obrigada a deixar seu país e a assumir a condição de apátrida na tentativa de sobreviver ao esquema de exclusão hitlerista. Estabelecendo-se durante pouco tempo em Paris, a autora, como tantos outros judeus, viu-se obrigada a trocar a Europa pela América para prosseguir com vida. Na distante Nova York, tem notícia do desenvolvimento da guerra e descobre com pesar que os nazistas aplicaram a solução final sobre milhões de judeus com o intuito de eliminá-los de seu território.

Ao ingressar na carreira filosófica, na qual teve contato não apenas com Heidegger, mas com outros grandes pensadores do século XX, tais como Edmund Husserl e Karl Jaspers, Arendt não estava envolvida com questões propriamente políticas, as quais marcariam definitivamente sua obra, embora tenha adquirido nesse período a formação privilegiada que lhe permitiu desenvolver suas próprias concepções acerca da temporalidade e da história, que será aqui estudada. Sua aproximação do sionismo e dos assuntos políticos propriamente ditos foi de certo modo compelida pelo contexto político que se avultava. Nesse sentido, seu exílio francês foi a época em que sua virada para a política pareceu definitiva. Por intermédio de Heinrich Blücher, seu futuro marido, e de seu amigo Walter Benjamin, Arendt se defrontou seriamente com o pensamento marxista. A passagem por Paris também lhe permitiu freqüentar o famoso curso de Kojève sobre Hegel e conhecer o jovem grupo de existencialistas, de quem só mantinha algum entusiasmo por Albert Camus.

Assim como muitos de sua geração, a produção arendtiana é marcada por uma impressão hostil sobre qualquer tipo de determinismo histórico, principalmente porque o totalitarismo, na tentativa de legitimar seu poder político, relaciona seu desenvolvimento à realização de um projeto histórico decidido de antemão. Do mesmo modo que Walter Benjamin, Karl Löwith, Reinhart Koselleck e tantos outros, Arendt empenha-se em refutar a idéia de filosofia da história.¹

Nossa suposição é que o embate arendtiano contra as filosofias da história é parte de um empreendimento mais amplo, que visa rever qualquer tipo de determinismo teórico sobre as ações humanas. Tendo como horizonte a distinção traçada pela autora entre pensamento e ação, que revela sua re-leitura da tradicional hierarquia entre filosofia e política, acreditamos ser possível entrever na sua obra proposições suficientes para se delimitar uma concepção singular da história.

A separação entre a *vida activa* e a vida do espírito pode ser visualizada na própria divisão temática de dois de seus textos mais significativos, que ora se voltam para a consideração da *Condição humana*, ora para a reflexão sobre a *Vida do espírito*. Tal distinção revela a diferenciação que a autora identifica entre os domínios da ação e do pensamento. No entanto, não seria possível supor que elabora uma teoria de dois mundos. Como se houvesse um mundo das aparências em que se desenrola a política, e um outro, referente às idéias mesmas. Ao contrário, é justamente contra a concepção, primordialmente platônica, da separação entre o mundo das idéias e o mundo dos assuntos humanos, que Arendt interpõe sua distinção como uma crítica sobre toda a tradição metafísica que pretende, com a valorização da teoria, propor a orientação para as atividades práticas. Sua argumentação recai sobre todos aqueles que tentaram encontrar uma direção para a política a partir de justificativas exteriores a ela, como a idéia de Bem, de Verdade, ou de processo histórico. Suas objeções voltam-se sobretudo contra o citado platonismo e a modernidade instrumental, esta última representada categoricamente pelo pensamento de Marx. Se, no primeiro caso, a autora rejeita a concepção do rei-filósofo, que baseado no conhecimento tem o poder de reger a

¹ Sobre a temática da filosofia da história as referências dos autores citados são respectivamente: *Teses de filosofia da história*; *O sentido da história*; *Futuro passado*.

política, no segundo, não aceita a possibilidade da história ser guiada por um fim previsível, como se fosse possível fabricá-la.

Desde quando escrevia sobre o totalitarismo, Arendt acreditava que um dos maiores problemas da política era ter sido pensada não em seu domínio específico da contingência, mas do ponto de vista da teoria, que amarra as ações como se elas pudessem ser completamente controladas e como se fosse possível saber o que deve ser feito. Na perspectiva arendtiana, os impedimentos gerados pelo encerramento do pensamento em sua torre de marfim, de onde se pode contemplar a verdade e dirigir os caminhos do mundo, alcançam tanto a ação quanto o próprio pensamento, pois nenhuma das duas instâncias aparece em sua dignidade própria, em sua autonomia, quando essas esferas mantêm-se ligadas hierarquicamente e rigidamente.

A distinção entre ação e pensamento, prevista por Arendt na reconsideração da metafísica, por sua vez, não pode ser entendida como uma separação definitiva. A tentativa de restituir a especificidade da *vita activa* e da vida do espírito, livrando a ação de ser orientada pelo pensamento e a teoria de ser arregimentada em prol da ação, implica reconhecer a existência de um laço entre essas atividades. Não é tarefa simples acompanhar a delicada ligação entre pensamento e ação vislumbrada por Arendt, pois se trata tanto de compreender seu empenho em desarticular a tradicional dominação da teoria sobre o pensamento, quanto de observar a conexão não hierárquica que concebe entre esses domínios. Ao mesmo tempo em que pretende livrar o pensamento de qualquer função de comando sobre a ação, garantindo, desse modo, a dignidade do espírito e da política, percebe que proteger essa especificidade significa reconhecer a existência de um laço entre essas atividades. Assim, Arendt sustenta que não há nenhum mundo para além das aparências, mas resguarda a capacidade de se ausentar momentaneamente da realidade pelo pensamento. Sua idéia é que o pensamento se realiza numa brecha temporal – o hiato entre o passado e o futuro –, que se abre como uma linha diagonal resultante do embate de forças entre o passado e o futuro. Ao andar nessa diagonal, o ego pensante pode circular livremente por diferentes tempos.

O que torna, a nosso ver, peculiar a leitura arendtiana é a sua insistência em observar que essa capacidade do pensamento só existe como um afastamento momentâneo do mundo circundante. Em outras palavras, o ego pensante, embora

possa se ausentar rapidamente da realidade, não pode se separar definitivamente dela. A peculiaridade que sublinhamos consiste justamente nessa insistência em não tomar o pensamento pela ação ou a ação pelo pensamento, mas, antes, em manter a separação entre essas instâncias de modo completamente revisado. É nesse sentido que Arendt pode compreender a distância entre as atividades do espírito e a condição humana menos como um divórcio definitivo e mais como um afastamento provisório, em que o vínculo com a realidade das aparências – a única que existe – precisa ser mantido, destacando-se daqueles tantos outros autores que, como ela, se empenham na “desmontagem da metafísica”.

A reconsideração arendtiana da distinção entre ação e pensamento que propiciou essa retomada dos assuntos humanos não foi avaliada como uma equivalente reconsideração da história. Ao contrário, considerando a crítica da autora sobre as filosofias da história, a ênfase da ação ficou marcada como a valorização da liberdade em detrimento da necessidade. O título significativo de um texto de Richard Bernstein “Not history, but politics” indica como a autonomia do político constituiu-se em oposição ao histórico.²

Nosso intuito não é propor nenhuma reviravolta nos estudos sobre o pensamento arendtiano, negando que sua obra se destaca pela atenção concedida às temáticas políticas. A autora esteve realmente preocupada em explicar como alguns homens conseguiram concretizar sua potencial liberdade iniciando a novidade no mundo e outros pretenderam suprimir a própria possibilidade desse exercício. Se formulássemos uma daquelas perguntas que representam todo direcionamento de um filósofo, poder-se-ia dizer que a questão de Arendt gira em torno do que é política. Não obstante, acreditamos que sua tentativa de salvaguardar a dignidade da ação e do político está diretamente relacionada à defesa de uma nova concepção da história, que pode fundamentar-se na contingência sem cair no relativismo de considerar as ações humanas como mera movimentação irracional ou casual. Acontece que para agir, ou seja, para poder interpor a novidade no mundo, os homens precisam contar com uma história indeterminada, que não esteja dada a priori.

O fato de Arendt não ter sistematizado sua concepção da história, apesar da sua obra ser perpassada tematicamente e metodologicamente por essa questão,

² BERSTEIN, R., The origins of totalitarianism: not history, but politics, *Social Research*, Summer, 2002.

pode ter contribuído para que esse assunto seja pouco enfatizado entre os seus intérpretes, que se concentram em explicar suas análises políticas. Os trabalhos que se propõem a tratar da história em Arendt, geralmente priorizam a reflexão sobre o *storyteller* como contador de histórias e enfatizam o aspecto que denominamos como positivo da leitura arendtiana da história ocidental. Ocorre que a ruptura da tradição, que aparece como o ponto culminante da narrativa do esquecimento do político traçada pela autora, surge não apenas como um “tempo sombrio”, mas também como um novo horizonte de possibilidade para a retomada do passado. Sob essa perspectiva, deparamo-nos com a hipótese da concepção de história de Arendt caracterizar-se como uma noção hermenêutica, que é inclusive relacionada às influências de Heidegger e de Benjamin.

De fato, quando se admite a importância crucial que a análise do totalitarismo adquire na obra da autora, concebendo a partir daí seu anseio em pensar novas possibilidades da ligação entre passado e futuro na ausência da tradição, com a qual os movimentos totalitários teriam rompido inevitavelmente, o presente contemporâneo surge como época privilegiada para a retomada do passado. Com Heidegger e Benjamin, Arendt supõe que o passado pode advir como novidade, pois ao desprender-se o fio autoritário que amarrava a continuidade dos tempos, “tesouros” que não foram legados pela tradição podem ser encontrados. É nesse sentido que Arendt menciona o trecho de Shakespeare e propõe a possibilidade da “pesca de pérolas” como uma nova intermediação entre passado e futuro. “A cinco braças jaz teu pai/De seus ossos fez-se o coral/Essas são pérolas que foram seus olhos/Nada dele desaparece/Mas sofre uma transformação marinha/Em algo rico e estranho.”³

A perspectiva histórica arendtiana também foi entendida como nostálgica ou romântica. Na verdade, a interpretação hermenêutica sobre sua obra vem, inclusive, questionar essa tendência. Ao contrário de conceber o retorno de Arendt aos gregos como um aspecto nostálgico ou idealista, o viés hermenêutico pôde vislumbrar que a retomada do aparecimento do político na pólis não supõe recriar o contexto grego, mas, antes, trata-se de iluminar a experiência sucumbida pela tradição. Para sistematizar, poderíamos destacar que a consideração da noção de história arendtiana divide-se em dois tipos: 1 – a valorização das possibilidades

³ ARENDT, H., *Homens em tempos sombrios*, p. 165.

advindas da ruptura da tradição, entrevendo a perspectiva hermenêutica de Arendt; 2- a ênfase no helenismo ou nostalgia com relação à pólis grega. Essas duas formas de abordagem indicam, de certo modo, leituras distintas acerca da grande narrativa que a autora traça sobre a história ocidental e, mais especificamente, sobre o esquecimento do político no desenvolvimento da tradição ocidental.

Nosso intuito é justamente retomar essa grande narrativa que vislumbra a continuidade da história rompida pelo totalitarismo no elo do esquecimento do político, e como defendemos, também do histórico, para considerar sua concepção de história. A suposição que nos orienta é, até certo ponto, uma proposição negativa, pois não acreditamos que a compreensão arendtiana da história se feche nem simplesmente na indicação hermenêutica e na valorização do *storyteller*, nem, muito menos, na definição romântica ou nostálgica. Se não podemos rejeitar completamente a relevância que a autora impinge sobre o espaço político grego, nossa preocupação é considerar a ênfase no surgimento do político e do histórico, que Arendt aí vislumbra, em seu caráter histórico, contrapondo a fixação do *topos* grego com o desenvolvimento posterior da história. Pretendemos mostrar que a irrupção do político e do histórico na Grécia clássica não funciona como um modelo de realização do político de modo que a história exista apenas como mera repetição dessas experiências. Assim, não se trata de negar a perspectiva hermenêutica da autora, mas de compreender qual é o seu alcance na concepção arendtiana de história. Temos a suposição de que a consideração hermenêutica vale mais para a esfera do pensamento que da ação.

Nossa discussão se abre, então, em duas frentes, que se mantêm conectadas entre si e constituem-se como a consideração da continuidade da história ocidental narrada pela autora como o esquecimento do político e do histórico, e a análise das suas proposições mais específicas sobre a historiografia e o historiador, nas quais vislumbramos o caráter fragmentado da história que surge como “uma história de muitos começos e nenhum final.”

Num primeiro momento, nossa preocupação é contrapor a narrativa da história arendtiana à sua própria concepção histórica, dialogando com a possibilidade de sua narrativa compor-se como algum tipo de modelo a-histórico. O primeiro capítulo se volta para reencontrar aquilo que denominamos a narrativa da história ocidental traçada por Arendt. Parece-nos que tal narrativa perpassa

toda a obra arendtiana, mas é explicitamente traçada na *Condição humana*, sobretudo no último capítulo desse livro. É com esse texto que indicamos a existência de uma grande continuidade na história que se desenrola desde o florescimento do político na pólis, concebe a decadência do espaço político desde o fim das cidades-estado antigas e destaca o extremo esquecimento do político na modernidade com a noção de perda do mundo. A história que a autora conta é fundamentalmente a história do esquecimento do político que encontra sua ruptura no totalitarismo. Não se pode perder de vista que, ao escrever a *Condição humana*, Arendt já havia analisado profundamente as origens dos movimentos totalitários do século XX. Nessa obra, a autora defendia o lugar central dos totalitarismos na ruptura da continuidade da história ocidental.

A etapa inicial do nosso trabalho é observar como Arendt pôde contar uma história da continuidade que, de certo modo, perpassa toda a tradição ocidental, indagando se é possível conceber essa grande narrativa como algum tipo de filosofia da história. Tal reflexão é abordada de modo mais específico no segundo capítulo, onde examinamos particularmente os trabalhos de dois autores - Luc Ferry e Jacques Derrida - que, por perspectivas bem diferenciadas, versam sobre a questão da filosofia da história em relação à noção de história arendtiana. Em contraste com ambos, concluímos essa parte do estudo indicando a dificuldade de determinar a concepção de história da autora como um tipo de filosofia da história. Para tal, buscamos compreender a diferenciação suposta por Arendt entre a impossibilidade de controlar a ação e a responsabilidade dos homens por seus atos. Nosso intuito é relacionar a singular percepção da ação arendtiana à sua noção de história, sugerindo a conexão fundamental entre o político e o histórico em seu pensamento.

No capítulo três, a análise recai sobre a temática da novidade que, como defendemos, surge na obra arendtiana como elemento crucial da passagem do político ao histórico. Trata-se de entender como a novidade pode advir ao mundo, traçando a história humana. Deparamo-nos especificamente com a questão da novidade no totalitarismo e nas revoluções, buscando explicar até que ponto a novidade pode ser realmente interposta pelos homens.

Por fim, consideraremos as proposições mais específicas de Arendt sobre a historiografia e o historiador. Pode-se dizer que essas suposições são mais teóricas porque revelam indicações sobre o possível lugar da história e do historiador na

concepção da autora. Aparecem principalmente quando a autora trata da ação na *Condição humana*, no texto “Compreensão e política”, e no conhecido “Conceito de história – antigo e moderno”. A diferença fundamental no que se refere à abordagem histórica do esquecimento do político é que, em vez de supor a continuidade da história, Arendt enfatiza seu aspecto fragmentado, sugerindo que a História é mais uma pluralidade de histórias que um processo único. Mas, mesmo para tratar do histórico, Arendt compõe, de modo semelhante ao que traça para o político, uma narrativa do declínio desde o fim da pólis - buscando destacar seu florescimento entre os gregos, seu eclipse na moderna versão da história e sua radical transformação nos totalitarismos. Acompanhando essa “narrativa” do político e do histórico, vemos que, ao contrário do que se pode imaginar, considerando a crítica arendtiana às filosofias da história, o histórico está bem próximo do político.

Arriscamo-nos a dizer então que o histórico por excelência só pode surgir *pari passu* com a ação. Por isso, as questões que se enfrentam, ao tentar conceber a perspectiva arendtiana da história, também estão sempre próximas daquelas tratadas pelos que se interessam pelo seu aspecto político. Nesse sentido, é que propomos considerar histórico e político em sua distinção e conexão. Nossa suposição é que Arendt concebe uma separação entre ação (político) e historiografia (histórico), entrevedo a diferenciação entre a história real e a escrita da história. Os atores, por serem livres, não podem controlar absolutamente as suas ações, nem identificar o sentido da história que suas ações deixarão atrás de si. Apenas o espectador, quando uma história chega ao fim, pode conceber seu sentido e significado. Defendemos então que um dos principais aspectos de sua concepção da história é acreditar que não se pode superpor essas instâncias da ação e da historiografia.

Acreditamos que tal separação entre a história real, proveniente das ações e feitos humanos, e a escrita da história, que se compõe como artefato inspirado pelo pensamento e produzido pelas mãos do autor da história, deve ser compreendida como parte da argumentação mais ampla que a autora desenvolve sobre a revisão da tradicional distinção entre ação e pensamento. Assim, vislumbramos que, ao tentar salvaguardar a autonomia de ambas as esferas, Arendt sugere a separação e a ligação entre elas, não pelos meios tradicionais, que hierarquizavam teoria e prática, mas concebendo uma conexão não autoritária.

Não há autoridade do pensamento sobre a ação, ou seja, a teoria não pode dizer aos homens o que eles devem fazer, sob o risco de interditar a liberdade que é o seu fundamento. Do mesmo modo, não é a ação que dita o seu significado porque os atores não têm consciência e controle absoluto sobre o que “fazem”. Essa distinção que não torna o pensamento uma outra instância separada da realidade, mas deixa entrever a possibilidade da compreensão surgir como o outro lado da ação, ilumina também, a nosso ver, a diferenciação entre história real e escrita da história, que alicerça a concepção arendtiana da história.